

PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE A BNCC

LUARA BIANCHINI¹; FÁTIMA COSTA²; JOSIANE SOARES³;
SABRINA PENNING⁴; ISADORA SANTOS⁵;

SIMONE GONCALVES DA SILVA⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – trindadeluara97@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – cavalheirofati@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – ferreirasoaresjosiane@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – sabrinapenning2001@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – icssantos2002@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – silva.simonegon@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O seguinte resumo expandido foi desenvolvido na disciplina Escola Cultura e Sociedade VII, pelas acadêmicas do 7º semestre do curso de Pedagogia FaE/UFPEL. A escrita utiliza-se os estudos, as reflexões, os debates sobre currículo, e as entrevistas realizadas com professoras dos anos iniciais do ensino fundamental I que lecionam na rede pública. Com o objetivo principal de analisar as percepções docentes sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto escolar. No Brasil, a BNCC está vigente desde o ano de 2017 e até então seu uso é obrigatório em todas redes de ensino brasileira, gerando diversas opiniões acerca de uma base nacional, mas que indubitavelmente não leva nome de currículo.

A proposta da BNCC tem abarcado diversas opiniões das/os professoras/es, pesquisadoras/es e estudantes. Parte-se do pressuposto, que a sua implementação no dia a dia escolar poderá sintetizar e neutralizar as múltiplas realidades dos contextos escolares, em um processo de homogeneização. Sendo assim, o presente trabalho discorre-se acerca dos posicionamentos das professoras entrevistadas sobre a nova proposta de currículo nacional ancorada na fundamentação dos autores: VIEIRA; FEIJÓ (2018); FREITAS, (2018).

2. ATIVIDADES REALIZADAS

A pesquisa de abordagem qualitativa, preocupa-se com a organização curricular no cotidiano escolar na perspectiva docente, em que foi desenvolvido um questionário para coleta de dados, ao ser abordado diversas questões sobre as propostas curriculares nacionais, estaduais e municipais, com base na discussão sobre a participação na elaboração, o posicionamento sobre as vantagens e desvantagens, e as possíveis alterações no cotidiano das escolas. A entrevista com as participantes foi realizada através do formulário eletrônico *Google Forms*, com o intuito facilitar a participação das docentes, e adequando-se ao seu cotidiano. O questionário foi realizado com seis professoras da rede pública da região sul do Rio Grande do Sul, que lecionam no ensino fundamental I e licenciadas em Pedagogia.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os termos currículo, habilidades e competências foram usados em quase toda totalidade das entrevistadas, o que demonstra o adentramento da proposta enquanto prescrição curricular, podendo-se inferir que por estar atrelada a outras políticas educacionais, assim apresenta o documento como inquestionável. As professoras entrevistadas mostraram-se assertivas em relação ao entendimento e propósito, referindo-se a BNCC como proposta que estabelece “quais os conhecimentos, competências e habilidades que os alunos devem desenvolver ao longo de sua vida escolar, para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (ENTREVISTADA Nº3). Nesse sentido, o documento se apresenta como um documento normativo para todos os estudantes da educação básica “de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)”. (BRASIL, 2017, p. 7).

Quando perguntado sobre as possíveis vantagens da base, a maioria das respostas foram em torno do auxílio do trabalho e planejamento das aulas, tendo um “ensino com o mesmo conteúdo para todos, uma educação igualitária, desenvolvendo todas as habilidades e garantindo todas as aprendizagens” (ENTREVISTADA Nº5). Todavia, refletindo acerca das frases utilizadas pela entrevistada, podemos repensar os argumentos voltados para os termos “ensino igualitário” e “garantia de todas aprendizagens”. Juntamente a isso, precisamos considerar que o Brasil é um país com dimensões continentais e repleto de desigualdades sociais, sendo assim, uma das profissionais ressalta sobre as limitações da implementação da BNCC: “acredito ser uma proposta “quase impossível”, pois o Brasil é um país muito grande e cheio de diversidades. Cada região tem especificidades bem marcantes entre si” (ENTREVISTADA Nº 6).

Sendo assim, seria mesmo possível um currículo que tornasse iguais todas as condições e acessos de ensino no país, ainda mais, garantir a aprendizagem a todas as populações do Brasil? Ao aprofundar essas reflexões, percebe-se que a ideia de passividade apresentada na BNCC não é aceita por grande parte das docentes entrevistadas. Nessa perspectiva, ao definir as competências e conhecimentos essenciais para os estudantes, acaba por reforçar ideias universalizantes e neutras sobre o conhecimento, reduzindo a educação a uma função prática para atender às demandas do mercado (VIEIRA; FEIJÓ, 2018.)

Dessa forma, Freitas (2018), apresenta reflexões a proposta da BNCC enquanto uma reforma empresarial de difusão de estratégias para o desenvolvimento de testes de aprendizagens, assessorias/consultorias/formações, materiais apostilados e plataformas digitais, que se articulam as ações de ensino, avaliação e responsabilização, esse processo exclui “a diversidade e deixando pouco espaço para a escola ou para o magistério criar, sendo sufocado por assessorias, testes, plataformas de ensino online e manuais igualmente desenvolvidos e padronizados a partir das bases nacionais comuns”. (FREITAS, 2018, p. 81)

O pensamento do autor demonstra a grande influência do empresariado na educação, o que implica no processo de padronização curricular neoliberal. De tal modo, a professora julga não possuir “nenhuma” vantagem ao uso e obrigatoriedade da BNCC. Na mesma direção as entrevistadas apresentam respostas unânimes de como a “padronização” dos conhecimentos não “considera as diversidades regionais” (ENTREVISTADA Nº2), e “não condiz com a realidade escolar [...]” (ENTREVISTADA Nº4). Desse modo, faz-se necessário relacionar questões sociais, políticas e as experiências individuais dos estudantes,

respeitando as culturas populares, havendo preocupações de que a BNCC possa limitar o trabalho das escolas, restringindo a criatividade no desenvolvimento de métodos de ensino e abordagens pedagógicas, e mediante a essas mudanças curriculares, é desconsiderado as condições de trabalho que os docentes desenvolvem suas práticas.

O objetivo da pesquisa foi buscar respostas com profissionais da educação sobre a organização curricular, especificamente, a partir da BNCC. As análises realizadas demonstram que a proposta fortalece princípios universalizantes e adota a ideia de imparcialidade do conhecimento, transformando a educação em um aspecto utilitário em benefício das exigências do mercado. Com isso, através de diferentes pontos de vista, foram identificadas diversas críticas relacionadas ao ter a BNCC como documento curricular unificado e padronizado, homogeneizando conhecimentos e conteúdos culturais dos estudantes. Pois, a BNCC tende a uniformizar os conhecimentos baseado em competências necessárias que todos as/os alunos/os brasileiros devem adquirir.

Apesar do documento indicar uma parte diversificada para contemplar as especificidades, que auxilia o aluno a se habituar ao meio comum e social em que vive, respeitando a diversidade e cultura de cada região, na prática tem ocorrido um silenciamento mediante as demandas para o cumprimento de avaliações externas e conteúdo dos livros didáticos, consequentemente acabando por contribuir para o controle do trabalho docente e dos conhecimentos dos estudantes.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Base Nacional Comum Curricular. Brasília, Ministério da Educação, p.470 2017. Disponível em: . Acesso em: 14 fev. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 81. Acesso em 24 fev. 202400

VIEIRA, Jarbas Santos; FEIJÓ, José Roberto de Oliveira. **A Base Nacional Comum Curricular e o conhecimento como commodity.** Educação Unisinos, v. 22, n. 1. jan./mar. 2018, p. 35-43. Acesso em: 10 fev. 2024.